

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM SÃO LUIZ GONZAGA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA: LICENCIATURA**

GRÉGORI DO CARMO DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DO RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

SÃO LUIZ GONZAGA

2021

GRÉGORI DO CARMO DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DO RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

Projeto de Pesquisa apresentado na disciplina de Pesquisa em Educação, no Curso de Pedagogia - Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

Orientadora: Prof.^a Msc^a Percila Silveira de Almeida

SÃO LUIZ GONZAGA

2021

GRÉGORI DO CARMO DOS SANTOS

A INFLUÊNCIA DO RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia-Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Msc. Percila Silveira de Almeida

Aprovado em: 28 / 01 / 2021

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Msc. Percila Silveira de Almeida

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS

Prof.^a Dr.^a Fani Tesseler
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS

Prof.^a Lilian Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS

SÃO LUIZ GONZAGA
2021

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de curso buscou refletir sobre como proceder em relação ao racismo no cotidiano escolar, a fim de discutir a relação existente entre racismo, emoção e cotidiano escolar com uma única finalidade que é a de ampliar o debate sobre educação e relações étnico-raciais. Como problema de pesquisa buscou responder a seguinte questão: que compreensão as professoras da rede de ensino pública, privada e os professores em formação de São Luiz Gonzaga constituem sobre o racismo na escola contemporânea? Neste sentido a pesquisa tem como objetivo geral entender como os professores das redes de ensino de São Luiz Gonzaga, compreendem o racismo presente na escola contemporânea e como objetivos específicos, analisar as compreensões de professores sobre o racismo presente nas escolas; pesquisar os elementos em relação a superação deste e propor reflexões sobre o tema racismo presente no cotidiano das escolas contemporâneas. A pesquisa foi desenvolvida no curso de Pedagogia, na unidade da UERGS em São Luiz Gonzaga. A metodologia utilizada para a realização desse estudo, está pautada na pesquisa qualitativa de cunho exploratório, bibliográfico e de campo e como instrumento tem a entrevista semiestruturada, que visa uma aproximação maior, buscando a opinião e argumentos próprios das pessoas pesquisadas. Fizeram parte da pesquisa os professores da rede pública, privada de ensino e os professores em formação de São Luiz Gonzaga. A análise ocorreu de forma descritiva com triangulação dos dados, referenciais teóricos, bem como impressões do pesquisador. Os resultados mostraram que o racismo precisa urgentemente ser trabalhado, não só nos âmbitos escolares, mas em todos os outros âmbitos.

Palavras – chave: Racismo. Cotidiano. Escolar.

ABSTRACT

This research has as general objective understand how teacher's education networks São Luiz Gonzaga, understand racism present at school contemporary and has specific goals, analyze understandings teachers about racism in schools; Search for the elements in relation to overcoming this and propose reflections on the present racism theme in the daily life of contemporary schools. Sought to reflect on how proceed in relation to racism in everyday school life, in order to reflect the existing to relationship between racism, emotion and school routine white a single purpose which is to expand to the debate on education and ethnic-racial relations. The research was developed in the Pedagogy course, in the Unit UERGS in São Luiz Gonzaga. The methodology used for the carrying out this study, is based on qualitative research of stamp exploratory, bibliographic and field, and as an instrument has semi-structured, research which, aims at a closer approach, seeking opinion and arguments of the people surveyed. Teachers participated in the research public network, private teaching, and teachers in training for São Luiz Gonzaga. The analyzes occurred descriptively whit data triangulation, theoretical references and researcher`s impressions. The results showed that racism urgently needs be worked, not only in school settings, but in all other areas.

Key Words: Racism. Everyday. School.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O RACISMO E SUAS CONCEPÇÕES	10
2.2 O RACISMO E O CONTEXTO ESCOLAR.....	11
2.3 AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	15
3. O SURGIMENTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA QUE SE ENSINE A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO	20
4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES, PARTINDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03	24
4.1 A ESCOLA DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO	28
4.2 O RACISMO E A FALTA DE AFETIVIDADE NO COTIDIANO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	29
4.3 DADOS RELACIONADOS AO RACISMO	31
5. METODOLOGIA	33
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
6.1 O QUE DISSEREM OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO?.....	36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42
APÊNDICES	44
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA	44
ANEXOS	46
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	46

1. INTRODUÇÃO

O ser humano é constituído de saberes, experiências e descendência histórica. Por isso, as pessoas são diferentes entre si, já que, cada uma possui particularidades, qualidades, defeitos, gênero ou raça. Logo, na sociedade em geral, existem diversas condições e possibilidades que, de certa forma exigem respeito ao próximo. Logo, tem-se o racismo como algo importuno que serve apenas para baixar a autoestima das pessoas.

Neste sentido, esta pesquisa faz parte do trabalho de conclusão do Curso de Pedagogia da UERGS - Unidade em São Luiz Gonzaga, considerado o período no qual culmina na caminhada final da profissão escolhida, a profissão docente e tem como problema de pesquisa: que compreensão as professoras da rede de ensino pública, privada e os professores em formação de São Luiz Gonzaga constituem sobre o racismo na escola contemporânea?

À vista disso, este estudo surgiu a partir de indagações de como proceder em relação ao racismo no cotidiano escolar, para que assim, possamos discutir a relação existente entre racismo, emoção e cotidiano escolar com uma única finalidade que é a de ampliar o debate sobre educação e relações étnico raciais. Mesmo que vivamos em uma sociedade na qual a cultura é plural, pode-se perceber que nem sempre as origens de cada etnia presente no nosso cotidiano são vistas como parte desta sociedade.

Dessa forma, fica bem claro que alguns grupos ficam sem o devido reconhecimento social. A escola, portanto, é um dos principais locais onde se pode perceber esta falta de reconhecimento e, para tanto, é um espaço onde é primordial trabalhar aspectos referentes ao cognitivo, ao afetivo e ao emocional. Assim sendo, os primeiros questionamentos se deram a partir de uma experiência própria vivenciada, a qual ocorreu em momentos escolares nos quais somente por minha cor de pele ser “escura” era tratado diferente ou até mesmo visto de outra forma, e ainda, com experiências do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Nas ações relacionadas a este programa, diariamente percebem-se atitudes de algumas crianças com as outras, desde brincadeiras ou a própria convivência. A

pesquisa dar-se-á com base em questionamentos e relatos de professores sobre o cotidiano escolar, convivência e experiências de cada criança. Tem como objetivo geral: entender como os professores das redes de ensino de São Luiz Gonzaga compreendem o racismo presente na escola contemporânea.

Como objetivos específicos tem os seguintes: analisar as compreensões de professores sobre o racismo presente nas escolas; pesquisar os elementos em relação a superação deste e propor reflexões sobre o tema racismo presente no cotidiano das escolas contemporâneas. Conseqüentemente, este tema é de fundamental importância, pois visa a aproximação de saberes e relações cotidianas de crianças e professores em relação ao racismo.

Acredito que, o racismo ainda predomine nas escolas, afetando muitas crianças e também professores. Para que possamos entender o processo de aprendizagem de cada educando, é imprescindível que entendamos, em primeiro lugar, a base afetiva que esse educando possui em casa, já que esta, por sua vez, é formada por conta do meio sociocultural em que vive. Enquanto, comunidade escolar, é importante refletirmos sobre todo esse processo.

O processo é muito amplo, não envolvendo apenas a metodologia didática, a forma de ensino, o currículo da escola, a formação dos docentes desta instituição. Ele envolve também as relações que foram estabelecidas entre o aluno com toda a comunidade escolar. Dessa forma, o tipo de vínculo que foi estabelecido entre aluno e instituição de ensino de uma forma geral, acaba influenciando muito também.

O que acontece na atualidade é que não existem propostas governamentais para os grupos minoritários e que são socialmente excluídos com a finalidade de que haja um reconhecimento por meio da sua valorização como um sujeito social. Não é o que acontece por parte do governo, e, então, dessa forma, acabam não tendo o devido reconhecimento por parte da escola onde frequentam. Nesse sentido, o aluno excluído passa a se enxergar como um sujeito pertencente aquele ambiente, assim como qualquer outro.

Contudo, sabe-se que, o professor neste sentido deve priorizar uma educação democrática, onde a justiça esteja presente sempre, não para apenas alguns, mas para todos os envolvidos nessas situações, fazendo com que sejam independentes e saibam o sentido de respeito mútuo.

O presente trabalho compõe os seguintes capítulos: Na Introdução trago o tema, problema, objetivos e justificativa da pesquisa. O capítulo Referencial teórico

reforça o tema racismo bem como as concepções que permearam a pesquisa. Logo, o racismo é formado por concepções históricas que se arrastam a medida que passam os anos, que trazem a tona maus-tratos, tortura, violência contra pessoas que possuem a cor da pele diferente do branco, diferentes etnias, raças e até mesmo percepções de mundo.

E ainda, o racismo no contexto escolar, mostrando como o racismo ainda está presente nas instituições de ensino, bem como possíveis soluções para tentar acabar com ele. Assim como, destaco as relações étnico raciais e a educação brasileira, trazendo a relevância de tal debate nas instituições de ensino do nosso país, as diretrizes curriculares nacionais para que se ensine a história e a cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino, a implementação da lei 10.639/03, a qual prevê que as escolas públicas e privadas trabalhem com práticas pedagógicas para qualificar os seus profissionais no que refere-se as relações étnico-raciais.

No capítulo Metodologia apresento as ferramentas utilizadas para a realização desse trabalho, já que, a Análise de Dados trás os resultados e discussões em torno da fala dos pesquisados, e, por fim, nas considerações finais trago as conclusões deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O RACISMO E SUAS CONCEPÇÕES

O racismo é todo ato, ideologia ou crença, que afeta o outro ser com atitudes, pensamentos e críticas não construtivas, composto da divisão da sociedade em grupos, criado a partir de concepções de raça, gênero, e ainda, sobre as classes sociais, onde geralmente predomina a cultura “branca”. Dessa forma, quando se fala em racismo pensa-se logo em negros que, foram, e ainda são os mais afetados com esse tipo de preconceito. Assim como, as pessoas de diferentes níveis sociais, escolhas sexuais, mesmo que existem leis que regem sobre esse tipo de preconceito. Logo, a Declaração Universal dos Direitos dos Humanos nos diz que a discriminação é:

Toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão. (Art. 1º, a)

À vista disso, foram criadas leis para diminuir esse tipo de preconceito, sendo a primeira delas a Lei CAÓ nº: 7.716, artigo 5º, XLII, pelo deputado Carlos Alberto de Oliveira em 1989. Logo, seguindo a Constituição Federal, esta explanava o seguinte:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (Senado, 1998).

No entanto, para um país bem desenvolvido, o Brasil teve tarde as primeiras leis que auxiliam no combate ao preconceito e discriminação racial. Dessa forma, mesmo com estas, ainda continuaram a existir diversos tipos de discriminação. Por isso, com o passar dos anos foram criadas outras leis que proíbem estes tipos de “implicância”, tanto na vida pessoal quanto profissional, como a lei nº: 9.029, de 13 de abril de 1995:

Art. 1º É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII

do art. 7º da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência).

Finalmente, não se pode privar todo e qualquer cidadão de qualquer que seja seu direito de ir e vir, e ainda, de emprego, saúde, educação e qualquer outro serviço disponível pelo poder público, e ainda, privado, já que, isto é discriminação.

2.2 O RACISMO E O CONTEXTO ESCOLAR

A escola é uma instituição de ensino que visa o ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos e, por isso, precisa ser explorada e vivida nos seus melhores momentos, buscando saberes e conhecimentos, assim como, relações sociais para o crescimento pessoal de cada ser. É evidente que, muitas pessoas ao serem discriminadas ou privadas do direito de ir e vir começaram a lutar pelos seus direitos, mais que justos.

Logo, a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) também foi adaptada. Já que, segundo as DCNS o ensino das relações étnico-raciais se dão a partir de:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (MEC, 2004, p.29)

Dessa forma, sabe-se que para o ensino-aprendizagem ou qualquer outra convivência pessoal, é necessário que se tenha respeito ao próximo, pois ele também é cidadão e merece um processo democrático, assim como, qualquer um de nós. Por isso, como professores e estudantes:

Há que se desconstruir para se construir. Não é possível “educar para a igualdade étnicorracial” sem romper com os estigmas, com as linguagens explicitadas ou não de inferioridade de negros/as e indígenas, como vimos... somos solicitadas/os a dar um passo a mais. Como educadores/as temos a responsabilidade de ampliar e “deslocar” os conhecimentos, superar o velho, inventando o novo e apresentando políticas de ação afirmativa, com especial destaque para a área educacional... a fim de reduzir as desigualdades e promover a igualdade. (GDE, 2009:247)

Entretanto, o mundo não muda de uma hora para outra, nós temos que criar possibilidades e divulgá-las para que mais e mais pessoas comecem a pensar diferente, buscando métodos democráticos, uma vida cidadã de qualidade para todos, e não privilegiando alguns. Já que,

[...] o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. (Freire, 1998, p. 39)

A partir disto, sabe-se que não existe apenas racismo ou discriminação de cor e raça, mas também de gênero, onde homens pensam ser superiores a muitas mulheres que por muitos anos foram privadas de muitos direitos e por incrível que pareça ainda são. Assim sendo:

Não digo que o racismo e o sexismo possam ser reduzidos à luta de classes. Mas o que quero dizer é que não acredito na possibilidade de superar o racismo e o sexismo num modo de produção capitalista, numa sociedade burguesa. Não obstante, isso não significa que o racismo e o sexismo serão superados mecanicamente numa sociedade socialista. [...]. Devemos evitar que nos interpretem como se estivéssemos pensando que deveríamos primeiro educar as pessoas para serem livres, para depois podermos transformar a sociedade. Não. Devemos, o quanto possível, fazer as duas coisas simultaneamente. Por isso, devemos estar engajados na ação política contra o racismo, contra o sexismo, contra o capitalismo, e contra as estruturas desumanas de produção. (Freire; Shor, 2000, p. 199, grifado no original)

Por isso, a sociedade é criada com pessoas e são estas que devem mudar ou questionar seus pensamentos e reflexões sobre o ser humano em geral. Conseqüentemente, pessoas são discriminadas dia a dia no mundo e acabam por perder o interesse pela vida ou até mesmo a esperança de que algum dia isto possa mudar.

[...] tinha dito: “Eu sou uma mulher”, de uma forma muito mais forte, não para ser agradável com as mulheres, não. Nem para ser demagógico. [...]. Se as mulheres forem críticas, terão que aceitar nossa contribuição como homens, assim como os trabalhadores têm que aceitar nossa contribuição como intelectuais, porque é um dever e um direito que eu tenho de participar da transformação da sociedade. Assim, se as mulheres devem ter a principal responsabilidade em sua luta, elas têm de saber que essa luta também é nossa, isto é, daqueles homens que não aceitam a posição machista no mundo. O mesmo se dá com o racismo. Enquanto homem branco, aparentemente – porque sempre digo que não tenho muita certeza da minha branquidão –, a questão é saber se eu estou, realmente, contra o racismo de forma radical. Se estou, então tenho o dever e o direito de lutar com o povo negro contra o racismo. (Freire; Shor, 2000, p. 198)

Consequentemente, sabe-se que, o povo brasileiro é formado pelas mais diversas etnias, culturas e miscigenações existentes. Porém,

Quando digo unidade na diversidade é porque, mesmo reconhecendo que as diferenças entre pessoas, grupos, etnias, possam dificultar um trabalho em unidade, ela é possível. Mais: é necessária, considerando-se a coincidência dos objetivos por que os diferentes lutam. A igualdade nos e dos objetivos pode viabilizar a unidade na diferença. (Freire, 1995, p. 68)

O desejo em refletir sobre o papel da Escola na desconstrução do racismo, preconceito e até mesmo discriminação, ocorre por meio da nossa própria percepção enquanto cidadãos de uma sociedade ainda preconceituosa. É evidente que, ao longo da história do nosso país, o negro passou e ainda passa por uma estigmatização e tudo isso ainda acontece por causa da fomentação historiográfica, pois a mesma foi construída perante o eurocentrismo.

Este, por sua vez, é a ideia de que “o que vem da Europa, por exemplo, é muito melhor”. Esse é apenas um dos exemplos do euro-centrismo. Podemos perceber o quanto o negro sempre lutou e continua lutando na atualidade pela sua equidade, pelo seu espaço. Foram diversas as lutas, no entanto, conseguiram as suas vitórias por meio da Lei 10.639/03 que nos diz o seguinte:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, tornase obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasília, 9 de janeiro de 2003).

Consequentemente, esta esclarece que o negro não deve ser visto somente como peça de trabalho, mão de obra, mas sim como um sujeito com os mesmos direitos e deveres que ou seja, com uma cultura muito rica, uma história que precisa ser mais estudada. Devemos essa importância a eles, já que foram que construíram o nosso país.

É essencial destacar, que os educadores que estão exercendo a profissão docente, enxergam e sentem algumas dificuldades perante situações de preconceito e acredito que isso ocorre por conta de um processo de assimilação de uma ideologia superior, a qual é imposta no ambiente escolar, pois durante o período que foram educados, aprenderam a perceber a vida do negro a partir da sua chegada ao

Brasil forçados com intuito de aumentar a economia de seus senhores mediante o trabalho escravo.

Dito isso, acredito que, para a análise da desconstrução do racismo, preconceito e discriminação e a fomentação profissional dos Educadores, é imprescindível ter como finalidade a detecção da práxis dos educadores no que relaciona-se à situação de preconceito que ainda permeia os âmbitos escolares, para que assim possa-se identificar o aporte teórico dos profissionais da educação a respeito da Lei 10.639/03.

O que percebe-se é que ao se defrontar com tal questão, os docentes acabam se deparando com um enorme desafio decorrente da necessidade de se desfazer do mal entendido que desfigurou as culturas de origem africana. Tal desafio decorre, ainda, da pressa em analisar as formas de violências existentes nas relações entre os mais variados grupos da nossa sociedade brasileira.

De estudar e pesquisar além de se vivenciar as culturas africanas e afrodescendentes como realidades dialéticas, existentes no espaço social, e que são permeadas por muitas contradições, assim como é necessário e de grande valia que haja uma reinterpretação de si mesmas.

Nota-se que dentro das instituições de ensino, constantemente enfrenta-se casos de discriminação e na maioria das vezes, os professores tentam esconder tal prática ao dizer: “o que você está fazendo? - Respeite os coleguinhas. Todos vocês são iguais!” Esta prática por sua vez, acaba reduzindo a autoestima do aluno negro, com diferente classe social, ou seja, o discriminado, já que o esperado era que o professor procurasse conversar com todos, mostrando que eles são sim diferentes entre si, sendo que cada um possui sua religião, cultura, etnia e raça, mas com direitos e deveres iguais.

Na verdade, essa sim seria uma atitude mais correta, sendo necessário falar que o colega que foi atingido de forma preconceituosa, tem uma história a ser respeitada, uma identidade que lhe foi deixada por seus antepassados que o engrandecem. Para isso, estudaremos os contextos que abrangem as questões relacionadas a étnica racial, tal como alguns conceitos sobre o racismo, etnocentrismo, atos discriminativos e preconceitos de forma geral.

Finalmente podemos dizer que muito ainda precisa ser feito em relação a tais questões abordadas nesse estudo, porém, por outro lado, precisa-se comemorar, uma vez que a população negra adquiriu por meio de muitas lutas um

corpo social, o qual é totalmente capaz de mudar, bem como estruturar os mais variados fatos da sua história que lhes impulsionaram em direção à equidade social.

2.3 AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As desigualdades raciais existentes na Educação tem gerado grande debate atualmente, já que, tem-se feito um efetivo esforço de forma crescente por parte dos movimentos sociais, autoridades e instituições de ensino para contribuir com as reflexões referentes as questões raciais e educacionais. Se pararmos para fazer uma leitura que abranja as relações étnico-raciais, veremos que perpassa por uma análise. Tal análise deve-se ao fato de como o sistema educacional como um todo, fomenta a sua práxis profissional ao relacionar-se com os seus alunos, aqueles afrodescendentes.

Para que possamos ter um bom entendimento sobre a Educação Brasileira, precisamos primeiramente levar em consideração as relações étnico-raciais que acabaram “argamassando” a nossa nação e além disso, existe a necessidade de que a construção capitalista seja pontuada na escravização a priori do povo indígena e, posteriormente dos negros, gerando assim, concepções e práticas racistas que duram até os dias atuais.

De acordo com Rocha (2007), a nossa matriz cultural ganhou força europeia dominante, com um único intuito de fazer com que as matrizes indígenas e africanas se silenciassem. Dessa maneira, o português construiu um paradigma educacional o qual acabou consolidando a formação educacional brasileira numa comunidade multirracial e pluriétnica.

Segundo Rocha (2007), multirracial é um termo abrangente, sugerindo pluralidade de heranças por várias gerações. “Na realidade brasileira, podem ser encontrados indivíduos negros, asiáticos, brancos, indígenas. A maior parte da população, sem dúvida, resulta de mestiçagens várias de todos os grupos entre si, em maior ou menor grau” (p. 23).

Apesar do Brasil ser considerado um país onde vive-se numa diversidade cultural, percebe-se que a escola ainda não está totalmente preparada para lidar com tais situações de racismo, caso elas ocorram. De acordo com a acepção do Dicionário Aurélio, racismo é “a doutrina que sustenta a superioridade de certas

raças” (2004, p. 616). Como um sistema de pensamento, o racismo teve as suas primeiras teorias levantadas ainda no século XIX, na França.

O Conde de Gobineau foi o principal teórico de tais teorias racistas. Em sua obra, “Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas” de 1855, foram lançadas as bases da teoria arianista, a qual considera apenas a raça branca como a única pura e superior a todas as outras raças, de tal forma que é tomada como um fundamento de filosofia pelos nazistas, que eram adeptos do Pan-germanismo. Esta ideologia de superioridade às outras raças, acaba derrubando por terra a tese lançada no século XX, com o lançamento de “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre que suscita um significativo debate sobre um provável relacionamento daqueles que eram escravizados com os seus senhores.

Freyre (1999) traz à tona a percepção de que no nosso país, houve sim, um sistema patriarcal que foi argamassado pela economia agrária, na qual a harmonia social era fomentada a partir do cruzamento existente entre os indivíduos que estavam envolvidos no processo de formação da sociedade brasileira. Também é perceptível uma outra relação existencial de brandura entre os senhores e os seus escravos que pode ser constatada na miscigenação existente entre raça e cultura.

O que deve ser questionado é: - Se é verdade que houve uma vicissitude entre os indivíduos porque é que a ciência tentou montar explicações científicas de tal forma a imputar nos negros todos os males que existem na construção da nossa sociedade? - Dentre alguns dos estereótipos que são apontados à população negra, refere-se então, à uma mancha moral e física, já que acaba pré-conceituando este indivíduo como sendo alguém que é impuro, pecaminoso ou até mesmo corrupto. Munanga (1988, p. 14-15), pontua que:

Em cima dessa imagem, tenta-se mostrar todos os males do negro por um caminho: a Ciência. O fato de ser o branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma.

A assimilação de tal superioridade é imposta para a sociedade de tal forma que em muitas das situações não nos sentimos preparados para enfrentar tal questão ao ponto de desmistificá-la em situações de preconceito, simplesmente pelo fato de que algumas pessoas não dão a devida importância para a formação continuada, uma vez que ao terminarmos a nossa graduação, pensamos ser “donos do saber”.

Sabemos que muitos docentes, acreditam que é necessário apenas dominar conteúdo que será repassado aos alunos e acabam esquecendo que a educação é um processo capaz de transformar esse ser. Além disso, acaba incutindo nele, valores sócio culturais capazes de mudar o mundo e até mesmo a sua maneira de enxergar, cabendo aos profissionais da educação estarem constantemente atentos com as modificações que estão acontecendo na sociedade.

Nogueira (2006, p. 293), destaca que no Brasil a relação racial vislumbra dois polos: O polo do preconceito que é aquele que marca e determina uma preterição e o polo de origem que nada mais é do que uma exclusão “incondicional dos membros do grupo atingindo, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador”.

Na escola é muito comum nos depararmos com situações que trazem o preconceito à tona, pode ser na relação de um aluno com o colega, nas trocas de intrigas como, por exemplo, quando dizem: “só sendo preto mesmo”. Ou ainda: ‘neguinho’, ‘pretinho’, ‘tição’, ‘negão’, entre outras. Expressões desse tipo apontam o quanto no contexto escolar proferem um discurso racista diariamente. Porém, acredito que o pior de tudo é quando deparamos com os docentes que oralizam “a burrice”.

Dizem que o seu aluno é incapaz de aprender e começam a pré-conceituar o aluno chamando-o de “preguiçoso” ou dizendo: “este menino não quer nada com nada”, ou “aquele escurinho tem uma enorme dificuldade de aprender”. Dessa forma, nota-se que o professor não possui uma sensibilidade para investigar no que persiste a dificuldade do aluno e acaba estereotipando a inteligência do seu educando, sendo preconceituoso. Aqui no Brasil, percebe-se no ato de observar que a pessoa absorve para os outros conceitos os quais foram impregnados na sua memória de tal forma que acabam por alijar a identidade de uma determinada etnia.

Etimologicamente, preconceito, vem do latim prae, antes, e conceptu, conceito “este termo pode ser definido como conjunto de crenças e valores aprendidos, que levam um indivíduo ou grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com estes”. (CASHMORE, 2000, p. 438)

De acordo com Nogueira (2006, p. 296):

No Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos raços negroides, e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de

amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia. Os traços negroides, especialmente numa pessoa por quem se tem amizade, simpatia ou deferência, causam pesar, do mesmo modo por que o causaria um “defeito” físico. (...)

O preconceito existente no nosso país, segregaciona um determinado grupo, pois é visto como uma ideia que exalta a supremacia de um povo, de uma raça, de uma cultura sobre as outras, expressando-se de várias formas, podendo ser em nível cultural, religioso ou biológico, na concepção de valores e também em nível institucional, legalizado.

Nogueira (2006) pontua que no Brasil acontece uma forma escondida de preconceito com um único intuito que é o de vislumbrar a igualdade racial, assumindo assim, um “carácter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitada”. (id., p. 298)

No entanto, o preconceito entre raças está relacionado com o modo de ser de cada um de nós, manifestando por meio das relações interpessoais a aceitação dos padrões de comportamentos dos sujeitos que são participantes do Ethos brasileiro, e, dessa forma, torna-se mais fácil para a pessoa que não é branca acomodar o comportamento negro utilizando palavras como: “pardo”, “moreno” ou “preto”. O ambiente das instituições escolares são um local que agrupam diversos indivíduos com diversas divergências. É claro que devemos respeitar a forma como cada um pensa e conduz a sua própria vida.

Emerge assim, um problema maior, uma vez que somos racionais, atribuindo de tal forma à nossa personalidade a verdade. Quando o outro é vislumbrado como diferente ao nosso tipo de comportamento, criam-se obstáculos e, então, de certa forma, passamos a discriminar este sujeito, ao achar que ele é uma ameaça para a nossa integridade e sabemos que essa situação tem como ponto de apoio o etnocentrismo. Ainda poderia se dizer que o etnocentrismo é: “visão de mundo que considera o grupo a que o indivíduo pertence o centro de tudo. Elegendo como o mais correto e como padrão cultural a ser seguido por todos, considera os outros, de algumas formas diferentes, como inferiores”. (ROCHA 2007, p. 19)

Carvalho (1987, p. 181-182) explana sobre o etnocentrismo educacional:

A Educação e as organizações educativas são instrumentos culturais desse colonialismo cognitivo: é o etnocentrismo pedagógico e o correlato psicocultural do “furor pedagógico”, uma gestão escolar autoritária e impositiva para nivelar as diferenças das culturas grupais por meio do planejamento. O etnocentrismo consiste na dimensão ético-política da mesma problemática cuja dimensão psico-antropológica envolve a Sombra ou o Inconsciente.

É totalmente comum que a comunidade escolar envolva-se no seu cotidiano com práticas que são discriminatórias, passando a segregar aqueles que são considerados “diferentes” da sociedade, por meio de ofensas verbais e até mesmo físicas. O etnocentrismo suscitou partindo de alguns estereótipos denominados aos outros indivíduos como: “escuros, selvagens, brutos, vileiros que é como são chamadas as pessoas que moram em vilas, aquele lá é um baleia, ele é veado”, entre outras. Estas, portanto, são denominações perigosas e que por estarem dentro da educação necessitam ser exterminadas o mais rápido possível.

Fica bem claro para nós que o negro sofreu e continua sofrendo muitas discriminações tanto na escola como fora dela. A primeira percepção que temos é que vislumbrou-se que o negro ao longo da sua história, da sua trajetória marcada por discriminações, vem sendo subordinado, numa luta incessante contra o preconceito e a discriminação que sofre. Portanto, acredito que uma de suas maiores conquistas está intrinsecamente ligada à equidade dos seus descendentes e à quebra dos paradigmas de sua “interdição” no âmbito escolar.

De acordo com o Dicionário Aurélio, “interdição” significa: “privação legal do gozo ou exercício de certos direitos a bem da coletividade”. (2004, p. 426)

Referente às Diretrizes Curriculares (2005), destaca-se que o Brasil ao longo de toda a sua história, acabou estabelecendo um modelo de desenvolvimento que exclui, de tal maneira que impede que muitos brasileiros tenham acesso à escola ou a permanência deles na mesma. Foi o que constou no Decreto de nº 1.331 de 17 de fevereiro de 1854, o qual estabeleceu que nas escolas públicas do Brasil os escravos não seriam admitidos, e tinha-se apenas uma previsão de ensinamento para os adultos negros e, esta, dependia da boa vontade dos docentes

O que percebe-se no Decreto de nº 7.031 – A, de 6 de setembro de 1878, é que a população negra só poderia estudar durante a noite, onde muitas estratégias foram feitas com um único objetivo que era de impedir o acesso da população negra às instituições escolares. É evidente que por meio da educação a herança social de um determinado povo é confiada às próximas gerações e inscrita na sua história. Como a população negra era privada das escolas, as quais eram proibidas para os negros, a única esperança dava-se ao aprendizado do colonizador.

A memória que lhe impõem não é a da sua ancestralidade, a história que lhes é ensinada é outra, diferente da que deveria ser ensinada, os seus ancestrais são substituídos por gauleses e francos de cabelos loiros e olhos azuis; os livros

estudados falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverno que nunca viu, da História e da Geografia das metrópoles; o mestre e a escola representam um universo muito diferente daquele que sempre a circundou. (MUNANGA, 1988).

A vista disso, em busca de transformação, o que se compreende é que existe uma tentativa escamotear uma historiografia que esconde ou apenas conta o que lhe é conveniente em relação a verdadeira situação educacional dos afrodescendentes, por isso, estes, trabalham duro e incansavelmente para construir uma história na educação, suscitando assim, por volta de 1970, estudos essenciais no que refere-se às relações raciais nas instituições brasileiras de ensino.

3. O SURGIMENTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA QUE SE ENSINE A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO BRASILEIRA E AFRICANA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

O objetivo principal aqui é ir além de um contexto histórico no que se relaciona às Diretrizes Curriculares Nacionais para o conhecimento referente a História e a Cultura Afro Brasileira e Africana. Para isso, precisamos analisar as resoluções e também os pareceres com a finalidade de vislumbrarmos o que diz a Lei 10.639/03. Vê-se que o Ministério da Educação tem uma linha traçada no que refere-se a construção do processo de democracia relacionado ao acesso à educação vista como uma oportunidade.

É notório que perante os chamados direitos existem falhas de deveres e a questão do pertencimento étnico racial tem ainda um peso muito grande e altíssimo, visto que para a população negra a interdição sempre foi uma praxe. No dia 9 de janeiro do ano de 2003, surgem na educação brasileira as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como para o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana. Este parecer regulamentou a alteração que havia na Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003 a qual estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.

Era necessário também cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215, Art. 216, e Artigos 26ª e 79B na Lei 9394/1996, os quais asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, além de garantir igual direito às Histórias e as culturas as quais

constituem a nossa nação brasileira, sem esquecermos é claro do direito de acesso as mais variadas fontes da cultura nacional a todos nós cidadãos brasileiros.

A obrigatoriedade de que haja a inclusão da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos referentes a educação básica, vem por meio de uma pressão do Movimento Negro com profundos debates, bem como repercussões nos setores pedagógicos, até mesmo na formação dos profissionais da educação. Por meio de tal medida, vem o reconhecimento de que, além da garantia de vagas para a população negra nas escolas, é imprescindível valorizar a História e a cultura desse povo, reparando os danos causados, que são repetidos ao longo dos séculos no que diz respeito à sua identidade, bem como aos seus direitos.

A importância que se tem do estudo de temas que abranjam a História e a cultura afro-brasileira e africana não se restringem apenas aos negros, pelo contrário, fala também de respeito a todos nós brasileiros, já que que devemos ser educados enquanto cidadãos ativos que atuam numa sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2005, p.17)

É necessário destacar que as Diretrizes Curriculares têm a pretensão de vislumbrar aos alunos e professores das escolas, que os negros foram sim inseridos na nossa sociedade, partindo do tráfico negreiro, porém, eles trouxeram consigo uma grande variedade cultural, racial, social e também econômica. Nesse caso, percebe-se que cabe às instituições escolares a inclusão no contexto dos estudos, pesquisas e atividades os quais são proporcionados ao seu educandário no seu cotidiano, as contribuições históricas e culturais dos povos asiáticos, africanos, europeias e indígenas.

É necessário deixar bem claro que o Art. 26^a, acrescido à Lei 9394/1996 acabou provocando muito mais do que a inclusão dos novos conteúdos, exigindo assim, que sejam repensadas as todos os tipos de relações existentes nas escolas, sejam elas, relações étnicas, raciais, sociais, pedagógicas ou até mesmo os métodos de ensino, as condições proporcionadas para uma aprendizagem clara e efetiva, bem como os objetivos de tática e explicitações da educação proporcionada pelas instituições de ensino.

Logo, as escolas, sejam elas públicas ou privadas, ficam responsáveis pelo ensinamento referente aos caminhos eurocêntricos e assim, vão ensinar ao educandário a real contribuição dos negros na construção do nosso país. É notório que assumir tais responsabilidades requer compromisso com o meio sociocultural

das escolas, da comunidade na qual se encontra, de tal forma que as instituições precisam levar em consideração ações capazes de proporcionar ao corpo docente formações que lhes permitam um certo aprofundamento nos seus estudos, para que assim, fomentem-se as suas competências e habilidades diante de suas práxis no fazer pedagógico.

Esta é uma conquista não apenas dos descendentes de africanos, mas da sociedade como um todo e especialmente do Movimento Negro, que há muito tempo, mostra a real necessidade das diretrizes orientadoras de formulações de projetos que estejam totalmente empenhados e voltados a valorização da história e cultura dos afro brasileiros e dos africanos, comprometendo-se assim, com a educação favorecendo as relações étnico - raciais de forma positiva, as quais acredito que precisam ser conduzidas por estes conteúdos.

Essa discussão intitulava-se: “Educação democrática como política de reversão da Educação racista”, que teve como defensora, a senhora Jeruse Romão. Dentre as suas propostas Romão (2000, p. 14-15), pode-se constatar que foram contempladas nas Diretrizes Curriculares, sendo elas as seguintes:

Considerando que o Movimento Negro tem sido aquele setor que através de suas ações tem possibilitado a democratização e acesso de negros/as ao sistema de ensino, propomos que o Ministério da Educação apoie as iniciativas deste movimento, consulte seus militantes e pesquisadores e invista, conforme suas indicações, em políticas que objetivem o fortalecimento dos afro-brasileiros de desigualdades produzidas na pela Educação.

Considerando ser direito do cidadão ser atendido com respeito e ética por profissionais capacitados para a compreensão de sua natureza e demandas específicas. Considerando que cabe ao Estado aferir sobre as condições e capacidades dos profissionais da educação, propomos que sejam obrigatórios nos cursos para magistérios e profissionais da Educação a inclusão de conteúdos que tratem da História e legislação voltados para os afro-brasileiros;

Considerando que os recursos pedagógicos tais como; livros jogos, mapas, etc. São adquiridos pelo Ministério da Educação, o que torna crianças e adolescentes consumidores passivos destes produtos/recursos; considerando que alguns destes recursos registram e corporificam preconceitos, racismo, constrangimento – como é o caso de pesquisas e denúncias sobre o livro didático, propomos que o Ministério adquira estes itens e outros, com vista a contemplar e respeitar a natureza cultural de gênero e ética daqueles que fazem parte da escola, observando, inclusive, as determinações da Constituição Federal, do Código de defesa da criança e do adolescente e da lei do consumidor.

Após esse feito, foi realizada uma consulta sobre as questões que foram objetos deste parecer, com o encaminhamento de um questionário para o

Movimento Negro, para os Conselhos Estaduais e municipais de Educação, para os docentes que desenvolviam trabalhos os quais abordavam tais questões, para os pais e alunos e para todos aqueles cidadãos que estavam empenhados para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, independentemente do seu pertencimento de raça.

Foram encaminhados por volta de mil questionários os quais foram respondidos de forma individual ou em grupos de 250 mulheres e homens com diferentes níveis de escolarização. As respostas obtidas mostraram a relevância de tais problemas, dificuldades, dúvidas serem tratados, antes que tal parecer começasse a traçar as orientações, bem como indicações e normas a serem seguidas.

Tal parecer tinha como objetivo principal oferecer uma resposta na área educacional, devido à alta demanda da população afrodescendente, em relação às políticas reparadoras e que reconhecessem e valorizassem a sua história, a sua cultura e a sua identidade, tratando assim, de uma política curricular, com base nas dimensões históricas, sociais, antropológicas que surgiram a partir da realidade do nosso país, visando o combate ao racismo e discriminações.

A partir disso, propõem-se que o conhecimento seja divulgado e produzido e que a construção de atitudes, posturas e valores passem a educar cidadãos orgulhosos por pertencerem a essa etnia racial, descendentes de todos os povos que ajudaram na construção do nosso país, a fim de que sejamos uma nação democrática, na qual todos, igualmente, tenham os seus direitos garantidos em lei, bem como a valorização da sua identidade com direitos iguais de usufruir uma cidadania de forma ativa.

4. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES, PARTINDO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03

Após a Lei 10.639/03, tanto as escolas públicas como as privadas, tiveram a necessidade de fomentação no que refere-se aos seus funcionários partindo de práticas pedagógicas com a finalidade de qualificar estes profissionais, daí a real necessidade desse objetivo analisar os avanços decorrentes da formação profissional, já que a mesma vem galgando rumo a um aperfeiçoamento no que refere-se as relações étnico-raciais. Tais avanços a educação brasileira vem conquistando ao passar das décadas.

É importante considerar o acesso a informações e tecnologias, pois por meio dos mesmos podemos analisar que as conquistas obtidas ainda estão restritas à implementação de leis, e, para tanto, existe a real necessidade de nos atentarmos para o devido cumprimento perante as posturas e práticas que precisam ser corrigidas, começando pelos docentes e a comunidade escolar como um todo.

Tanto a lei como os seus aportes acabam encaminhando duas questões que correlacionam-se, uma vez que a África é eleita como uma das matrizes das instituições nacionais, retira-se a Europa como o lugar de matriz única da nossa cultura. Por outro lado, diz respeito ao agente mais importante do processo educacional – o professor. (COELHO, p. 307-308)

Partindo desse contexto, em seu artigo “Igualdade e diferença na escola: um desafio à formação de professores”, Coelho aponta as diretrizes curriculares quando ele elege a África como sendo o centro de estudos, com o intuito de que o sistema educativo passe a coibir a reprodução do preconceito e da discriminação. O que realmente preocupa nesta questão é que os docentes não tiveram uma formação na qual fossem levados a analisar a questão étnico-racial a ponto de se desvincularem de hábitos eurocêntricos.

Para Rocha (2008, p. 57):

Esse redimensionamento da perspectiva causou, evidentemente, uma enorme inquietação no meio educacional, uma vez que a Lei obriga a introdução de novos conteúdos e uma nova perspectiva. A prática docente e a formação inicial e continuada de professores e, por conseguinte, o currículo exige revisão de modo a adequarem-se às demandas legais e à satisfação da orientação pela inclusão – tônica da política educacional brasileira dos últimos anos.

Com a Lei 10.639/03, fica bem evidente que todos os profissionais da educação tenham consciência de se desprenderem de certas práticas pedagógicas

que foram ensinadas em sua graduação, uma vez que se encontram na condição de acadêmicos, são ensinados a repassarem ao seu educandário, apenas aqueles conteúdos que estão relacionados a sua licenciatura de formação.

Acredito que, enquanto acadêmicos e futuros professores, precisamos ir muito além daquilo que apenas está relacionado com a nossa formação, uma vez que precisamos ensinar para os nossos alunos questões de respeito ao próximo, ética e valores humanos e cidadãos. É nosso dever enquanto professores, estarmos constantemente antenados nas mudanças que ocorrem na nossa sociedade em geral, buscando sempre estudar os mais diversos assuntos a fim que estejamos preparados quando formos surpreendidos pelos nossos alunos.

Conforme Coelho (2008, p. 113):

A licenciatura, no Brasil, conhece um tipo de formação peculiar: a formação é dividida em dois conjuntos de conhecimentos: o conhecimento específico da área escolhida pelo licenciado e o conhecimento próprio do fazer docente. Via de regra, esse princípio se materializa nos currículos dos cursos de licenciatura: a maior parte deles concentra-se no aprendizado da área específica – seja ela Artes, Letras, Biologia, História ou Matemática – oferecido pelo próprio curso; a formação docente, porém, ocupa parte reduzida do currículo (as ampliações recentemente introduzidas ocorreram à revelia dos cursos de licenciatura introduzidas que foram pelo Ministério da Educação) e é ministrada, tradicionalmente, pelos cursos de pedagogias.

Para o autor, o profissional da educação ao se concentrar apenas no que se relaciona com a sua licenciatura, acaba segregando a prática pedagógica, de tal forma a discriminar e até mesmo a pré-conceituar o comportamento do seu educando.

Algo importante, é que a Lei nº 10.639/03, diz que a temática precisa ser abordada nas disciplinas: Artes, Literatura, História, mas precisamos ficar atentos, pois não fazem parte do corpo docente apenas os professores destas disciplinas, mas, todos os docentes. Também é necessário que se entenda que dentro das escolas existem outros educadores, como o diretor (a), coordenadores, orientadores escolar, psicólogos, secretárias e todo o pessoal de suporte.

Para tanto, é imprescindível que as escolas tenham nos seus projetos referentes a qualificação profissional, uma metodologia que proporcione a todos os funcionários cursos para que os mesmos se qualifiquem no que diz respeito às relações interpessoais entre as divergências existentes nos âmbitos educacionais, como o fim do preconceito racial, por exemplo.

Na escola necessita-se desenvolver programas que tenham como finalidade fazer com que a comunidade escolar conheça as diferenças, promovendo desta

maneira a equidade de oportunidades para todos e não apenas para uns que é o que ainda acontece na atualidade, assim, perpassa por uma qualidade escolar que acabará fortalecendo os docentes a agirem de forma positiva perante as situações problema e para que assim possa-se colocar os educadores, bem como o seu educandário, de frente um para o outro a fim de que ultrapassem os desafios relacionados a aprendizagem.

Nas instituições escolares nos deparamos no nosso cotidiano com vários casos de racismo, preconceito e discriminação, momentos estes onde o docente acaba não conseguindo minimizar o problema que chegou até ele, até mesmo, pois não tem experiência o suficiente para lidar com essas situações, não tem qualificação e podemos dizer que isso ocorre pela incapacidade em lidar com tal diversidade.

O educador fica perdido, não sabendo como reagir perante essas situações, já que estes, são momentos nos quais é necessária sua intervenção. “Essa falta de preparo que, devemos considerar com reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã”. (MUNANGA 2008, p. 11)

Muitos dos profissionais da educação não têm a oportunidade de participar de um curso para a sua qualificação e que este, esteja voltado para as relações étnico-raciais, e, por isso, acredito que acabam deixando a desejar quando precisam tratar de tais temas. É notório que em alguns casos, também existe a falta de preparo por parte desse profissional e até mesmo preconceitos introjetados, não sabendo aproveitar tais situações consideradas flagrantes de discriminação racial para trabalhar com os seus alunos em cima disso.

Sabemos que existem momentos no fazer pedagógico que são privilegiados para que esse tema seja discutido, para que se pudesse conscientizar os alunos sobre a sua relevância e riqueza, uma vez que o objetivo primordial de todos deve ser contribuir de forma significativa, ajudando nesse processo de transformação que é muito necessário, além de possuir uma certa urgência.

Segundo Rocha (2008, p. 58):

Considerando a Escola como o espaço na qual estereótipos, preconceitos e práticas discriminatórias são desconstruídas. Ela reúne instrumentos pedagógico que viabilizam esse propósito a partir da reflexão dos profissionais que a compõem. Docentes e técnicos podem “pôr abaixo” grande parte dos entraves interpostos às populações afrodescendentes que as impedem de viver plenamente a cidadania. A apresentação positiva da

História e da cultura dessas populações e uma das estratégias a serem colocadas em prática de modo efetivo e consecutivo.

Percebe-se então, que não é totalmente impossível, construir um subsídio de peso visando ajudar os professores a trabalhar de forma a desencadear todo um processo de superação de questões racistas nas escolas. Daí a necessidade de nos programarmos a fim procurar formas de realizar ações afirmativas, visando sempre o combate direto ao racismo, a discriminação e ao preconceito que sofre a comunidade escolar negra.

Para que funcione, é necessário criar grupos que trabalhem propondo ações as quais destinam-se à valorização da comunidade escolar negra, dando sugestões de como os docentes e os alunos podem juntos desenvolver metodologias pedagógicas realmente eficazes para que assim, supere-se as desigualdades, para que haja uma elevação da autoestima do educandário para um maior reconhecimento da diversidade.

Para Munanga (2008, p. 17):

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas e que existem nas cabeças das pessoas (...). No entanto, cremos que a Educação é capaz de dar tanto aos jovens quanto aos adultos a possibilidade de questionar e de desconstruir os mitos de superioridade e de inferioridade entre grupos humanos que foram socializados (...) não temos dúvidas que a transformação de nossas cabeças de professores e uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção de individualidades históricas e culturais das populações que formam a matriz plural do povo e da sociedade brasileira.

O preconceito racial aqui no Brasil, como é notório para todos, passa por um certo escamoteamento social, porém, nos últimos anos, as representações das minorias étnicas têm realizado um trabalho minucioso e sistemático, denunciando aqueles valores de superioridade e inferioridade entre raças que foram e ainda são disseminados na nossa cultura, desde os tempos coloniais.

Além de ser uma forma muito perversa de exclusão social, o preconceito racial acaba produzindo um enorme estrago, excluindo os alunos nos setores educacionais, por isso acredito que é de extrema relevância que haja uma cumplicidade entre aqueles com o intuito de promover métodos inclusivos no ensino, pois estes, tornam-se parte decisiva em relação as estratégias de gestão compartilhada nas escolas.

4.1 A ESCOLA DESCONSTRUINDO O PRECONCEITO

Sabemos que as escolas têm um papel fundamental que é o de formar o aluno para que este exerça a sua cidadania de forma plena e esta é a orientação que se observa na Lei de Diretrizes de Bases e das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino no Brasil. Ampliar a cidadania é um dos objetivos primordiais os quais devem orientar o trabalho pedagógico. Percebe-se aí que a escola tem que ir além, buscando o desenvolvimento de competências e habilidades as quais permitam a compreensão da sociedade em que vivemos.

Só que sob o meu ponto de vista, esta sociedade precisa ser vista e entendida como uma produção “dinâmica” dos seres humanos, que seria um processo contínuo de construção e reconstrução da mesma. Só assim teremos a capacitação para saber dar o nosso parecer sobre o sentido do mundo em que vivemos, bem como os processos sociais e o papel que cada um de nós temos nesses processos.

Para Coelho (2008, p. 103):

Ainda que a perspectiva e os procedimentos do professor possam ser considerados tradicionais, e inegável existência de certa coerência entre o conceito adotado de cidadania e a prática pedagógica. Uma vez que seu conceito informa uma concepção de cidadão ativo, capaz de situar-se diante de dificuldade, de formar opiniões próprias, de ler o mundo, de distinguir o “verdadeiro e o aparente”, sua prática pedagógica não se encaminha para a transmissão de regras e para o condicionamento de comportamento, mais para a construção de competências e a habilidade que permitam ler o mundo e interpretá-lo.

Então, percebe-se que o papel das instituições de ensino visa buscar meios através de uma bibliografia sobre tais questões aqui abordadas, elegendo o tema para uma discussão até mesmo em grupos de estudos, fomentando assim, a criação de cursos para que toda a comunidade escolar, se aprofunde nessas causas e nas suas consequências referentes a dispersão dos africanos pelo mundo, abordando a história da África antes mesmo da escravidão.

Elencando as contribuições dos afrodescendentes para um maior desenvolvimento da humanidade como um todo, já que a questão racial é um assunto de todos nós, devendo portanto, ser conduzida de forma a reeducar as relações existentes entre os descendentes, sejam eles de africanos, europeus ou de outros povos. Sendo assim, haverá o reconhecimento real da existência de uma

certa urgência na valorização e no respeito ao afrodescendente e a sua cultura dentro e fora das escolas.

De acordo com Rocha (2008, p.57):

Ao introduzir os conteúdos relativos à cultura afro brasileira e à história da África, a Lei 10.638/03 desloca a perspectiva adotada, até então, mas representação sobre o Brasil e sobre a sua formação, transformado em conteúdo didático. Tradicionalmente, o ensino brasileiro adota a formação brasileira como um desdobramento lógico e consequente da história europeia, ou seja, após rápida referência às sociedades antigas, como a egípcia e a mesopotâmica, os alunos eram levados a ver a sociedade ocidental, desde a conformação do mundo Greco-romano, na Europa como a matriz cultural brasileira.

Entende-se assim, que a Lei 10639/03 determinou que a história da África seja trabalhada sob uma perspectiva de forma positiva, podendo assim, fazer parte dos conteúdos ministrados. A cultura de raiz africana precisa ser ressaltada nas disciplinas de Artes, Literatura e História do Brasil. Além disso, os docentes devem passar a valorizar a identidade do negro, sendo capacitados e preparados para desconstruir a mentira existente o qual diz que a democracia racial é constituída dentro dos âmbitos escolares.

4.2 O RACISMO E A FALTA DE AFETIVIDADE NO COTIDIANO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Somos seres integrais e por isso, não se pode separar o nosso lado emocional do racional. Vygotsky destaca que o pensamento é gerado por meio das motivações, desejos e necessidades, interesses e emoções (VYGOTSKY, 1991). Então, para que entendamos o processo que envolve a aprendizagem de cada aluno, precisamos também analisar a base afetiva que foi construída, partindo do entorno sociocultural no qual vive, além de todos os aspectos que envolvem o processo de ensino aprendizagem, já que o vínculo estabelecido entre o educandário e a instituição de ensino determina e influencia tal processo.

Seja no consenso social ou o escolar costuma-se ter mais interesse nos resultados finais obtidos pelos alunos. Para que entenda-se melhor, teóricos como Piaget (1972), Vygotsky (1991) e Wallon (1989) afirmam que a emoção tem sim um papel muito significativo em todo o processo de desenvolvimento humano. Piaget afirma que nunca os indivíduos produzem ações totalmente intelectuais nem tampouco atos puramente afetivos, senão que em todas as condutas relativas aos objetos ou as pessoas, ambos os elementos se combinam entre si (PIAGET, 1972).

Já Wallon, citado por Almeida, caracteriza a emoção como manifestação da vida afetiva, entendida como formas corporais de expressar o estado de espírito da pessoa, estado este que pode ser penoso ou agradável (ALMEIDA, 1999).

Devido a constituição da nossa sociedade, que é composta por diversas culturas, não poderíamos estranhar que as atitudes dos alunos fossem fruto dessa rica diversidade. São maneiras de se comunicar que estão carregadas de cargas emocionais que, em contato com o que é diferente, pode-se esperar experiências negativas ou positivas dependendo do choque que houver.

Para que se compreenda a relação cognitiva e emocional é importante que nos indagamos a respeito das muitas experiências pelas quais os alunos passam no cotidiano das escolas, a fim de verificar a relação entre estes dois aspectos. Geralmente o alunado pobre e de origem negra costumam ser os mais marginalizados pela sociedade, sendo assim, as possíveis “vítimas” do racismo e preconceito, ainda que seja de forma indireta ou inconsciente por parte da comunidade escolar. (MUNANGA, 2004)

E este tipo de experiência racista é o que pode, em certa medida, marcar a trajetória escolar de muitos alunos que são etiquetados por supostas “limitações” que são atribuídas a uma procedência social, cultural ou étnica, como afirma Munanga: “De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2004).

A vista destas perspectivas, devemos nos questionar o seguinte: - Porque na maioria das vezes questiona-se a capacidade intelectual de um determinado sujeito tendo como base apenas o seu pertencimento étnico ou social? - Exceto os alunos que não aprendem por apresentarem um quadro clínico específico, todos nós, assim como todos os educandos somos capazes de ter um processo de aprendizagem muito eficaz.

Aqueles que não desenvolvem uma aprendizagem de forma efetiva, não se deve ao fato de pertencerem a um grupo marginalizado socialmente, mas porque além de serem pertencentes a estes grupos, também estão mais suscetíveis a passar por esses tipos de conflitos emocionais, podendo assim, influenciar na sua aprendizagem escolar. Dessa forma, mesmo parecendo incoerente, a afetividade pode ser apresentada como uma importante ferramenta no combate ao racismo que ainda é vivido em muitas instituições de ensino.

Contudo, somos todos seres humanos que precisamos ser valorizados, respeitados e dignos de uma cidadania e democracia que se aplique para todos, onde possamos viver em harmonia, aprendendo uns com os outros de forma significativa, não permitindo que a falta de afetividade vivenciada no dia a dia das escolas influencie no nosso estado moral, intelectual e emocional daqueles discentes de origem negra de maneira que passe a reduzir as suas chances de inclusão na sociedade em geral.

4.3 DADOS RELACIONADOS AO RACISMO

É notório a relevância de se abordar o tema, sendo necessário dar ainda mais voz para a população negra. Se isso não acontece, fica um pouco complicado, por isso acredito que para começar a combater o racismo nas escolas é necessária e muito bem-vinda a inclusão de professores negros no quadro de profissionais das escolas. Um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), destaca que os professores brancos são maioria nas instituições de ensino do Brasil.

Já no Sudeste, apenas 32% dos professores das regiões metropolitanas são negros e no Sul, o número é ainda menor o que equivale a 12,5%. Daí a preocupação com os casos de racismo nas escolas. São Paulo é um dos exemplos que registra um caso de injúria racial em escolas a cada cinco dias. No ano de 2017, dos 1.297 boletins de ocorrência, 67 deles foram em escolas ou universidades do estado.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD), de 4 em cada 10 dos jovens negros não terminam o ensino médio. Já 73,7% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental são pardos ou negros. No ensino médio, esse percentual equivalia a 65,7% no ano de 2018. A evasão escolar é ainda um dos maiores problemas educacionais do nosso país, tendo taxas mais altas entre a população negra, uma vez que a média dos jovens de 19 a 24 anos que não haviam finalizado o 9º ano era de 13,1%, entre os alunos negros o percentual vai para 19%.

Para tanto, é imprescindível que hajam mais discussões referentes as questões raciais dentro das salas de aula e não somente quando estas ganham atenção por serem expostas pela imprensa ou por meio do debate público. Se o preconceito racial é estrutural – no nosso país onde 56% da população se declara

negra, preta ou parda, segundo o IBGE –, as escolas têm um papel importantíssimo que é o de contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

5. METODOLOGIA

Metodologia desse trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, que visa a observação e análise científica, que busca interpretar e analisar experiências e situações individuais e coletivas. Por isso é importante lembrar que:

“Teoria é conhecimento especulativo, meramente racional; conjunto de princípios fundamentais duma arte ou duma ciência; Doutrina ou sistema fundado em princípios e opiniões sistematizadas. Teoria do conhecimento é o estudo do Valor e dos limites do conhecimento, e especialmente da relação entre sujeito e objeto – GNOSIOLOGIA. Pesquisa é ato ou efeito de pesquisar; indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade, investigação, inquirição; investigação e estudo, minudentes e sistemáticos, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento. Metodologia é a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade; estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos das ciências. Método é o caminho pelo qual se atinge um objetivo; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado; processo ou técnica de ensino: método direto; modo de proceder; maneira de agir; meio” (FERREIRA, 1987).

A vista disso sabe-se que uma pesquisa precisa de uma estrutura, ou seja, uma sequência. Logo:

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

Dessa forma, essa ainda possui como instrumento a forma bibliográfica, explicatória, exploratória e descritiva. Logo, estas devem atender diversos critérios, como: escolha do tema, identificação, análise, interpretação, e ainda, delimitação do assunto. Além disso, segundo Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130):

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...].

A pesquisa tem como instrumento a entrevista semiestruturada, que visa uma aproximação maior, buscando a opinião e argumentos próprios da pessoa pesquisada. Esse tipo de entrevista é aquela que o entrevistador faz vários questionamentos ao entrevistado, não sendo necessário, portanto, seguir de forma rigorosa uma lista de perguntas previamente estruturadas.

Contudo, esta pesquisa tem como propósito dialogar sobre assuntos que acontecem com grande frequência em nossa comunidade em geral e que precisam de muita atenção e cuidado oriundos de cada um de nós, já que devemos respeito uns aos outros.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse capítulo tem como objetivo dar destaque as informações as quais foram coletadas no questionário destinado a três professores que atuam em instituições públicas de ensino em São Luiz Gonzaga e uma professora da rede pública de Porto Alegre, além de construir discussões, partindo então, dos referenciais elucidados e também da percepção do pesquisador. O questionário destinado aos professores compreendeu 7 perguntas que foram as seguintes:

O questionário trouxe um levantamento dos dados pessoais inicial de cada entrevistado, partindo das seguintes perguntas: - Qual é a sua faixa etária? – Qual é o seu gênero? – Qual é o seu estado civil? – Possui filhos? – Você neste momento é professor, estudante ou estudente e professor? – Você exerce alguma atividade remunerada? – Qual o vínculo de atividade remunerada?

Em relação ao segundo questionário que tinha como intuito fazer um levantamento de dados sobre cada entrevistado, as respostas obtidas foram as seguintes: 25% dos entrevistados estão na faixa etária entre 35 anos e 45 nos e 75% deles estão na faixa entre 25 e 35 anos. Em relação ao gênero de cada entrevistado, 100% é do gênero feminino. Sobre o estado civil 50% dos entrevistados se declaram solteiros e 50% casados;

Já 50% dos entrevistados possuem um filho (a), 25% possuem 2 filhos (as) e 25% não possuem filhos. 50% deles são estudantes e 50% são estudantes e professores. 100% responderam que desenvolvem uma atividade remunerada. Sobre o vínculo da atividade remunerada, 50% destacaram que exercem atividade em cargo público, 25% são bolsistas e 25% exercem atividades autônomas.

Conclui-se que alguns dos nossos entrevistados são pessoas com filhos, portanto almejam um futuro diferente daquele que tiveram para os seus filhos, principalmente no que diz respeito ao racismo, pois não querem que estes, passem pelas mesmas situações vivenciadas pelos pais, já que, as entrevistadas são negras. Independente das atividades remuneradas que cada entrevistado possui, se tem filhos ou não, cabe a nós enquanto sociedade, trazer esse assunto tão delicado à tona, para uma maior reflexão e mudança por parte de todos.

O questionário apresentou ainda as seguintes questões: O que para você é o racismo? – Como você percebe que o racismo se manifesta? – Você percebe que

existe racismo na educação? Como? – Qual é o papel da educação no combate ao racismo? - Expresse em poucas linhas como tem visto as atitudes de racismo que tem acontecido no Brasil e no mundo.

6.1 O QUE DISSEREM AS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO?

As questões foram elaboradas conforme a realidade e indagações atuais que tenho, sendo que, trato as pesquisadas como, “P1”, “P2”, “P3” E “P4”. A primeira pergunta intencionou coletar informações acerca da concepção de racismo que os entrevistados possuem. O P1 respondeu que: **é toda a forma de preconceito contra a raça;** O P2 respondeu: **é uma discriminação que parte da cor da pele a questões sociais** e o P3 respondeu que: **é a forma mais desigual que o ser humano inventou de dividir a raça humana;** Por último o P4 respondeu que: **é o sentimento de superioridade que as pessoas possuem sobre outras etnicamente ou com características diferentes das suas, em especial a cor,** no entanto, o P4, **acredita que exista o auto - racismo que é quando a própria pessoa se julga inferior.**

De acordo com Munanga; Gomes (2005), “O racismo é um comportamento, uma ação resultante de aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoa que possui um percentual racial observável por meio dos seguintes sinais: cor da pele, o tipo do cabelo, cultura diferenciada, ente outros.

Sob o meu entendimento, o racismo é um sentimento de superioridade sobre a população negra, como se esta, devesse ser menosprezada pela cor da pele, quando acredito que deveria ser o contrário, já que a população negra contribuiu muito com o crescimento do nosso país nos mais variados aspectos.

A segunda pergunta teve como intuito coletar informações sobre de que forma os entrevistados percebem a manifestação do racismo. O P1 respondeu que: **acredito que nos dias atuais sofremos com um racismo velado, onde as pessoas são racistas e tem atitudes e falas racistas, mas fazem isso de uma forma mais cuidadosa porque sabem que é crime.** O P2 respondeu que: **o racismo se manifesta através de comentários, situações do cotidiano (como ser seguido no Shopping ou supermercado), da violência física e psicológica por parte daqueles que deveriam nos proteger;**

O P3 respondeu que: **o racismo se manifesta nas escolas, nas periferias e**

nos núcleos de aprendizado. Já o P4 disse: *através de atitudes de menosprezo, humilhação, violência em todos os aspectos, massificação cultural e ideológica e através de conceitos populares que discriminam cores e credos.*

Sob este aspecto, Nogueira:

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (Nogueira, 1985, p. 78-9).

Eu acredito que um ato de racismo, pode ocorrer de diversas formas: por meio de um gesto, por meio de uma violência contra uma pessoa negra, por meio de uma verbalização ou por meio de agressão psicológica. Neste sentido, percebo que tal ato, é realizado num intuito de menosprezar aquele ser, de uma sensação de superioridade, apenas por ter a cor da pele diferente, porém acredito piamente, que essas pessoas preconceituosas, na verdade, estão mostrando como ele se sente, ou seja, na realidade, ele se sente menosprezada e inferior, então, comete tal ato para que assim, sintam-se “mais realizada, mais feliz”, causando dor no outro.

A terceira pergunta “Você percebe que existe racismo na educação? Como?” buscou identificar se os entrevistados percebem que existe racismo na educação e de que forma. O P1 respondeu que: ***sim, pois o fato de ainda mesmo com as cotas termos poucos negros na universidade, acho que é um bom exemplo. Aqui na nossa unidade em São Luiz Gonzaga, temos apenas uma professora negra. Ele finaliza perguntando: - Tem algo errado aí, né? - Por mais que tente se negar esses fatos.***

O P2 respondeu que: ***existe através da não abordagem de assuntos que são importantes para a identidade da população preta, não se referindo ao conteúdo da escravidão, mas trazendo como exemplo, a contribuição do preto para a nossa língua portuguesa.*** O P4 respondeu que: ***sim, como é o caso dos relacionamentos interpessoais, nas atitudes dos alunos uns com os outros ou com os professores. De alguns professores com os seus colegas e alunos, na questão de muitos pais se admirarem por uma pessoa de pele escura ser uma professora e não uma servente (e isso existe ainda). No lápis cor de pele, ele “dá risada”, ao falar isso. Insisto sempre com os seus pequenos quando me***

perguntam se tem o lápis cor da pele, eu digo: - Cor de qual pele, a minha é marrom. Quando um aluno tem vergonha do seu cabelo por ser pixaim, nos xingamentos, nos ditos populares. Enfim, nas pequenas atitudes cometidas muitas vezes sem serem percebidas.

A quarta pergunta: “Qual é o papel da educação no combate ao racismo?”, buscou entender qual é o papel da educação no combate ao racismo sob o ponto de vista de cada entrevistado.

O P1 respondeu que: *acredita que a educação pode movimentar as pessoas se houverem diálogos sobre isso, mas no cotidiano mesmo e não apenas no dia 30 de novembro, referindo-se ao dia da consciência negra. A escola pode levantar esses debates, proporcionar encontros com pessoas negras e seus alunos para que haja diálogo e para que se pense essa questão, mas pode proporcionar momentos de reflexão e discussão sobre o tema. A escola sozinha não vai acabar com uma cultura tão arraigada na população, mas pode proporcionar momentos de reflexão e discussão sobre o tema;*

Logo, percebe-se a falta de entendimento de muitas pessoas ainda, ou até mesmo desinformação, pois o dia da consciência negra é 20 de novembro. Por isso, torna-se preocupante.

O P2 respondeu que: *o papel da educação no combate ao racismo é o de quebrar, romper a estrutura do racismo e diz que faz pouco tempo que tivemos acesso à educação, então, segundo ele, podemos dizer que a escola também alimentou esse sistema por muito tempo. As instituições de ensino devem pensar em meios de manter a população preta e isso se dá de diversas formas que podem ir desde bolsas de pesquisa e extensão, coletivos, grupos de debate. Acredito que devem ser pensadas como instituição também e ver o que fazem e se fazem algo relevante para a população preta.*

O P3 respondeu que: *ainda é um combate muito fraco e manifestado apenas nas datas comemorativas, fazendo alusão a Semana da Consciência Negra.*

O P4 respondeu que: *é preciso primeiro desmistificar o racismo, pois não temos raças diferentes, e sim, culturas, cores e crenças distintas e isso não nos rotula. Temos que nos aceitar e aceitar os demais com as suas peculiaridades e características, pois todos somos iguais e diferentes em nossa igualdade, isto é, somos da raça humana, mas cada um com as suas*

peculiaridades e é isto que nos torna únicos e esta é a nossa beleza.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

A escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade, eliminação de toda forma de discriminação e racismo, por possibilitar em seu espaço físico e convivência de pessoas com diferentes origens étnicas, culturais e religiosas (MEC, 1997).

Acredito que as escolas devem mostrar em sala de aula para o seu educandário, a contribuição da população negra para o nosso país e que o nosso país tem uma formação multirracial, já que é rico no que se refere a misturas de raças, crenças e costumes, impondo aos alunos a necessidade de respeitar e valorizar qualquer raça, religião, cultura ou ponto de vista que cada pessoa tenha. Dessa forma, a escola acabará aos poucos atuando para que o racismo diminua cada vez mais nas instituições de ensino. Quanto aos profissionais da educação, acredito que a escola deveria trabalhar com práticas que fizessem com que os profissionais preconceituosos reconsiderem as suas práticas dentro da sala de aula e fora dela.

A quinta pergunta não foi diretamente uma pergunta, no entanto, pedia para que os entrevistados expressassem em poucas linhas como tem visto as atitudes de racismo que tem acontecido no Brasil e no mundo.

O P1 respondeu que: ***tem visto com repulsa e indignação, já que as pessoas insistem em falar que preto não sofre preconceito. Ele pergunta: - Mas e todas as mortes? – Conclui que é revoltante. Destaca a semana que aconteceu o crime no Carrefour e diz: Minhas redes sociais ficaram repletas de comentários de pessoas que nem se quer são negras falando que não existe racismo, reafirmando que é revoltante.***

O P2 respondeu que: ***é triste, revoltante e recorrente, pois quando perdemos alguém, morremos um pouco também e segundo ele, a cada 23 minutos morremos um pouco no Brasil.***

O P3 respondeu que: ***as atitudes são inúmeras e existe muito pouco combate a estas realidades.*** O P4 responde que: ***é claro que existe muitas situações de racismo e diz que hoje virou moda ser preto e ser racismo tudo o que acontece de desfavorável com a pessoa de pele escura.***

Isso me assusta porque gera uma corrente de ódio, mágoa e até de violência, pois as pessoas esquecem quem é um ser por trás da pele escura. Ele acredita que todos devem ter direitos equiparados, mas não usar a cor como uma muleta ou uma

desculpa. Diz que os movimentos negros são importantes sim, mas erram ao ensinar que: você é um ser humano e pode tudo como um outro qualquer. Quer melhores condições de vida, vai à luta. Não que deva ser respeitado porque é negro e sim porque é uma pessoa com direitos e deveres iguais as outras, porque tem boa índole, porque corre atrás do que quer. Ser preto e ter a pele escura, não deve ser um fator para se ter vergonha ou orgulho e sim para dizer quem somos.

O racismo de hoje não é diferente daquele praticado no passado, mesmo o negro tendo outra condição de vida. Assim, racismo enquanto prática nociva é atual porque o negro ainda é considerado e tratado como um ser inferior sendo tratado de várias maneiras tanto no ambiente social, escolar ou através de outras situações de discriminação racial (Alves, 2012).

Partindo da percepção dos entrevistados, podemos destacar a relevância das suas colocações acerca do racismo que é uma questão de urgência e que precisa ser tratada como tal, caso contrário, sofreremos ainda mais com tais situações vivenciadas no nosso cotidiano. Então cabe a todos nós enquanto sociedade, trabalharmos unidos, debatendo esse tema e procurando soluções para enfrentar essas situações que surgem no nosso dia a dia, para que as futuras gerações não passem pelo mesmo que nós.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho surge da real necessidade de procurarmos entender mais o cotidiano escolar dos alunos negros, sejam eles, crianças, adolescentes ou jovens já que estes, são pertencentes a uma etnia diferente do grupo dominante, muitas vezes sofrendo situações que os constroem, influenciando assim, de forma direta no seu processo de ensino aprendizagem.

A única maneira de mudar esse tipo de situação é o estudo, o que muitas vezes não acontece por conta do descrédito por parte dos alunos no que se refere ao sistema escolar. Por outro lado, estão as instituições de ensino que não contribuem de forma significativa para que se tenha um processo de aprendizagem mais atraente e eficaz.

Acredito que este, deve ser um processo oriundo de uma educação integral, contemplando, portanto, o estado cognitivo e o afetivo, para que não haja evasão escolar por parte desses grupos de alunos, reduzindo de tal forma, o histórico de alguns de seus familiares.

Sob o meu ponto de vista, acredito que fomentar a formação discente, bem como a diversificação do currículo tradicional que as escolas possuem, resulta numa melhora do clima escolar, diminuindo assim, os casos de ofensas raciais e discriminação entre o educandário.

Portanto, a educação tem um papel transformador na sociedade, pois se a construção de um ensino antirracista envolve muitas abordagens e perspectivas, se deve ao caráter estrutural e sistêmico que o racismo possui no nosso dia a dia. Educar para a diversidade, enfrentando as desigualdades, é um desafio que demanda escuta, atenção e compromisso com a equidade social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Rita Silva. **Emoção na sala de aula**. Campinas: Papyrus, 1999.
- ALVES, S. C. Cynthia. **O Racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. Guarabira, 2012.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Assédio Moral e Sexual no Trabalho. Cartilha elaborada pela Subcomissão de Gênero com participação da Comissão de Ética do MTE**. 2013. Disponível em: Acesso em: 7 jun. 2015.
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASHMORE, E. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Summus, 2000.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores no Estado do Pará**. 1970-1989. Belo Horizonte: Mazza; Belém: UNAMA, 2006.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**. .5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Ed. Especial para o FNDE/PNLD
- FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olhos D'água, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 8ª edição.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 8ª edição.
- Gênero e Diversidade na Escola (GDE). **E-CLAM Formação em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos**, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida.** In: Casa-grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 1999. 51 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2015.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília, n. 23, 2015.

Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Revista tempo social. Vol. 19. Nº 1, São Paulo, Junho 2006.

PIAGET, Jean. **Inconsciente afetivo e inconsciente cognitivo.** In: Piaget. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** In: _____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

MUNANGA, Kabengele. **“Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.”** *Cadernos PENESB* nº 5, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

KABENGUELE, Munanga; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006

MUNANGA. Kabengele. **Superando o racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

APÊNDICES**APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA****Dados Pessoais****Faixa Etária ***

- Menor de 18 anos
- Entre 18 e 25 anos
- Entre 25 e 35 anos
- Entre 35 e 45 anos
- Entre 45 e 50 anos
- Mais de 50 anos

Gênero *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer

Estado Civil *

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Separado (a)/Divorciado(a)
- União Estável
- Viúvo (a)

Possui filhos? *

- Não
- Sim

- 1 filho(a)
- 2 filhos(as)
- 3 filhos ou mais

Você neste momento?

- É estudante
- É professor
- É estudante e professor

Você desenvolve alguma atividade remunerada? *

- Sim
- Não

Qual vínculo de atividade remunerada *

- Estágio
- Bolsista
- Emprego Privado
- Emprego Público
- Emprego Informal
- Atividade Autônoma
- Aposentadoria

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), do estudo/pesquisa intitulado (a): **O Racismo na Educação Contemporânea**, conduzida por **Grégori do Carmo dos Santos**. Este estudo tem por objetivo de subsidiar sua participação voluntária neste estudo que visa ser ferramenta para elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A sua participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Sua participação nesta pesquisa consistirá em narrar de suas práticas dentro da escola pesquisada, e dentro dos projetos que atua.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituições participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – UERGS, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: **Grégori do Carmo dos Santos**, telefone **55 99987-6578** e email: **gregori-santos@uergs.edu.br**.

Contatos do Comitê de Ética de Pesquisa da UERGS: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Reitoria: Rua 7 de Setembro, 1156 - Centro - Porto Alegre, RS CEP: 90.010-191 - Fone: (51) 3288-9000

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

São Luiz Gonzaga, 25 de novembro de 2020.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): Grégori do Carmo

() Participante

() Pesquisador